

Em Defesa de uma Europa Pós-identitária

Bruno Peixe Dias

Númena, Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Europa e Xenofobia? Não haverá falta de quem diga que se trata de uma conjunção disjuntiva. Apetece dizer que não há futuro para uma Europa em que a xenofobia tenha lugar. E, de facto, a proliferação de discursos identitários sobre a Europa, nomeadamente sobre a sua herança espiritual ou cultural, levam muitas vezes a que seja assumida, *a priori*, uma divergência fundamental entre uma suposta essência da Europa e a xenofobia. Herdeira dos iluminismos, a Europa seria intrinsecamente universalista. A história mostra que não é assim. É por isso essencial evitar esta armadilha complacente a que tantos intelectuais se entregaram, e não descurar a memória do colonialismo, dos ódios nacionalistas e da xenofobia que marcaram a história da Europa moderna.

Mas há outras armadilhas a evitar. Nomeadamente a hipótese tranquilizadora de que a xenofobia é um fenómeno marginal, que se restringe às franjas mais radicais da extrema-direita. É confortável considerar a xenofobia como um desvio ocasional, preocupante, mas em última análise restrito, sem eco na maioria da população. Alguns dados recentes mostram o contrário. Por exemplo os dados do *Eurosurvey* de 2002, recentemente publicados em livro em Portugal. Ou o estudo realizado durante 2005 pela Númena para o Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia sobre o racismo percebido pelos grupos imigrantes em Portugal. Os dados apontam para uma preocupante continuidade entre as representações do passado colonial e do presente pós-colonial. Estas continuidades, contudo, não se manifestam apenas ao nível das representações e das atitudes. Tal como no passado os propósitos civilizacionais dos colonizadores conviveram com a exploração do trabalho indígena (durante a escravatura e após a sua abolição), hoje muitos sectores da economia portuguesa e europeia vivem do trabalho imigrante. Dados recentes do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, mostram que os imigrantes recebem menos do que os portugueses para o desempenho da mesma tarefa.

Não podemos pois persistir no erro de considerar que a xenofobia como um desvio em relação a uma norma que é essencialmente de tolerância. É verdade que o fim da segunda guerra mundial e o conhecimento alargado dos genocídios nazis levaram a que a norma anti-racista se tornasse hegemónica. A independência das colónias e a condenação do colonialismo reforçou esta norma, tornando mais rara a assunção sem vergonhas de ideias de supremacia racial. Mas elas existem de forma mais subtil, disseminadas pelo tecido social. Por isso, combater a xenofobia não passa por considerá-la uma aberração ou uma anomalia, mas sim por compreender os contextos sociais da sua emergência, os mecanismos históricos e sociais que levam à produção de sentimentos e práticas xenófobas, trabalho que ainda não está suficientemente feito. Isto porque, para combatermos eficazmente a xenofobia e o racismo é preciso compreendê-los. E para isso é preciso encará-los de um ponto de vista histórico, para entendermos que não se tratam de manifestações pontuais nem são resultado apenas da conjuntura actual. Têm raízes no passado colonial dos países europeus, mas também nos processos de construção das identidades nacionais, excludentes e predicadas sobre a ideia de preferência nacional. A xenofobia não é de hoje.

A xenofobia pode ser uma forma de defesa perante a ameaça de desqualificação profissional – xenofobia como recusa da semelhança (receio da concorrência). É isso que mostra o trabalho de historiadores como Laurent Dornel e Gerard Noiriel para o caso francês. No princípio do século XXI a globalização, com a intensificação da competição económica internacional vem potenciar o medo e a insegurança dos trabalhadores, que têm nos seus congéneres estrangeiros bodes expiatórios visíveis, ao seu alcance.

As práticas institucionais, nomeadamente a legislação e o discurso político não devem pois legitimar a prática social da xenofobia, devem contrariá-la. É por isso importante ter também atenção às práticas institucionais que, implicitamente, pressupõem e reforçam o estatuto de minoridade dos imigrantes. São essas práticas institucionais que, também elas, reforçam os pressupostos que animam a xenofobia. Trata-se portanto de uma questão de política, ou seja de escolhas. São várias as vozes que afirmam a Europa como uma realidade política e não geográfica, pelo menos uma realidade que não é delimitada pelas fronteiras tradicionais, do Atlântico aos Urais. Esse projecto político não deve voltar as costas para um problema que ela própria ajudou a criar: o problema dos excedentes populacionais, que se deslocam na procura de uma vida melhor, ou que fogem da perseguição política e da guerra.

E é também preciso ter em conta que aqueles que chamamos minorias quando imigram para a Europa, são na verdade a maioria do planeta. A nível global a minoria somos nós europeus – e algumas das nossas ex-colónias como os E.U.A, o Canadá e a Austrália – perante os números impressionantes dos sub-privilegiados à escala planetária. O filósofo alemão Peter Sloterdijk utiliza a metáfora do Palácio de Cristal para definir uma Europa e um Ocidente fechados no seu próprio espaço interior, entregues aos prazeres do consumismo, como numa redoma de vidro, através da qual se procura defender da multidão de miseráveis que lhes bate à porta. É este destino que importa recusar.

Como sugeriu o filósofo francês Étienne Balibar, podemos encontrar na luta contra a xenofobia e outras exclusões estruturais o momento fundador de uma cidadania europeia. Esse combate tem de ser feito tendo em conta que combater a xenofobia passa pela promoção da igualdade e da rejeição do paternalismo. Defender os imigrantes dizendo que eles estão cá para fazer o trabalho que os Europeus não querem é atribuir-lhes um papel de minoridade. É preciso portanto capacitar os imigrantes para uma cidadania activa. É pela desvinculação da cidadania à nacionalidade que um projecto Europeu verdadeiramente inclusivo deve passar.

Numa época de incerteza quanto ao rumo que o projecto da União Europeia pode ter é comum ouvirmos falar do défice de identidade da Europa e de que falta uma identidade comum aos povos da Europa para garantir o sucesso da construção de um espaço político comum. Se a nacionalização de povos e territórios foi uma forma de construção de uma identidade colectiva que partiu da superação de enraizamentos locais e familiares, não pode o mesmo processo ser repetido a nível europeu? Como foi dito, já muitos reconhecem hoje que a Europa não é uma realidade geográfica, mas sim política. Ora o reconhecer do carácter político do processo de construção europeia deve levar também à recusa desta obsessão identitária. Como afirma Eduardo Lourenço, essa não-identidade é justamente a marca distintiva da Europa.

Aliás a pluralidade identitária da Europa é o melhor símbolo da sua capacidade de acomodar o outro. A Europa, enquanto projecto político, não determinado por uma identidade única, antes acolhendo diversas culturas e identidades nacionais, é um projecto que contraria na sua essência a xenofobia.